

**ADENDA AO**  
**REGULAMENTO DO CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO (CCA)**  
**DA**  
**AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+**  
**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

Considerando:

- I. A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) na Administração Pública;
- II. Dispõe o artigo 58.º da referida Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que junto do dirigente máximo de cada serviço funciona um Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), estabelecendo ainda que o regulamento de funcionamento do referido conselho deve ser elaborado por cada serviço tendo em conta a sua natureza e dimensão;
- III. O Regulamento de funcionamento do CCA da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação (ANE+EF) em vigor, foi aprovado pela anterior Diretora da Agência, Dra. Joana Mira Godinho, em novembro de 2015, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 23/2014, de 9 de abril, que criou a ANE+EF, de acordo com a orgânica da ANE+EF existente à data, sendo composto, nos termos do artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) a e), respetivamente:
  - a) *A Diretora da AN, dirigente máximo do serviço, que preside;*
  - b) *A Subdiretora da AN;*

- c) *A Coordenadora Financeira da AN;*
  - d) *A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Educação e Formação Profissional e Educação Escolar;*
  - e) *A Chefe de Equipa Multidisciplinar do Ensino Superior e Educação de Adultos.*
- IV. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto, prorrogou o mandato da ANE+EF, com a missão de assegurar a gestão do Programa Erasmus+ 2021-2027 em Portugal nos domínios da educação e formação, criado pelo Regulamento (UE) 2021/817, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2021, e assegurar a gestão e a execução das atividades ainda em vigor dos programas precedentes nos domínios da educação e formação e o encerramento das convenções financeiras relativas ao Programa Erasmus+ Educação e Formação do Programa Erasmus+ para 2014-2020, previsto no Regulamento (UE) n.º 1288/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que ainda se encontrem por encerrar, bem como da Iniciativa Europass;
- V. A mesma Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto, alterou a orgânica da ANE+EF, nomeadamente ao nível dos titulares dos cargos dirigentes, de acordo com o regime estabelecido nos pontos 8 a 10 da referida RCM, ali se determinando que na Agência existe um coordenador financeiro, um coordenador Erasmus+, um coordenador para a área do alojamento no ensino superior, e um coordenador para a área da internacionalização da educação e da formação profissional, neste último caso, cargo a ser ocupado a partir do ano de 2024, designados pelo Diretor da Agência e equiparados, para todos os efeitos, a cargo de direção intermédia de 1.º grau;

- VI. No seguimento da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto, foram nomeadas as atuais Coordenadoras Financeira, Erasmus+ e para a área do alojamento no ensino superior da Agência da ANE+EF;
- VII. De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto, o atual CCA da ANE+EF é composto, desde 1 de fevereiro de 2022, pelos seguintes membros:
- a) A Diretora, dirigente máximo do serviço, que preside;
  - b) A Subdiretora;
  - c) A Coordenadora Financeira;
  - d) A Coordenadora Erasmus+; e,
  - e) A Coordenadora para a área do alojamento no ensino superior.
- VIII. A necessidade de atualização do Regulamento de funcionamento do CCA da ANE+EF em vigor, especificamente o artigo 2.º, n.º 1, que regula a sua composição, adequando-o, em conformidade com a orgânica atual da ANE+EF e com os membros atuais que integram este órgão, a que se refere o considerando anterior, aproveitando-se, ainda, a oportunidade para atualizar o artigo 13.º, passando aí a constar também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto.

Assim, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto, determina-se o seguinte:

1 – O artigo 2.º, n.º 1, e o artigo 13.º do Regulamento de funcionamento do CCA da ANE+EF em vigor, são atualizados através da presente Adenda, dele fazendo parte integrante, nos seguintes termos:

**“Artigo 2.º**

*(Composição do CCA)*

*1. Integram o CCA da AN:*

- a) A Diretora, dirigente máximo do serviço, que preside;*
- b) A Subdiretora;*
- c) A Coordenadora Financeira;*
- d) A Coordenadora Erasmus+;*
- e) A Coordenadora para a área do alojamento no ensino superior.*

*2. Pode integrar o CCA um trabalhador com funções de secretariado a designar, anualmente, pelo dirigente máximo do serviço<sup>1</sup>.*

*3. Os membros do CCA serão designados pelo dirigente máximo do serviço<sup>2</sup>.”*

---

<sup>1</sup> Redação anterior.

<sup>2</sup> Redação anterior.

**“ARTIGO 13º**

**(Omissões)**

*Aos casos omissos no presente Regulamento aplicam-se os diplomas legais que regulam o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo (CPA), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro, a Declaração de Retificação n.º 23/2014, de 9 de abril e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto.”*

2 - É republicado em anexo à presente Adenda, da qual faz parte integrante, o Regulamento de funcionamento do CCA da ANE+EF em vigor, com a redação atual.

3 - A presente Adenda ao Regulamento de funcionamento do CCA da ANE+EF em vigor produz efeitos desde 1 de fevereiro de 2022, data de início de funções do atual CCA da ANE+EF.

4 - A presente Adenda será inserida na rede interna e na página eletrónica da ANE+EF.

Lisboa, 06 de março de 2024.

A Diretora

Ana Cristina Perdigão

**ANEXO**  
**(a que se refere o n.º 2 da Adenda)**  
**REPUBLICAÇÃO DO**  
**REGULAMENTO DO CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO (CCA)**  
**DA**  
**AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+**  
**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

**Preâmbulo**

O n.º 1 do artigo 58.º da lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64-A/2008, n.º 55-A/2010, e n.º 66-B/2012, todas de 31 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), determina que deve funcionar, junto do dirigente máximo de cada serviço, um conselho coordenador da avaliação, com as competências definidas na lei e no seu regulamento de funcionamento, o qual, conforme n.º 2 do mesmo preceito, é presidido pelo dirigente máximo do serviço e deve integrar, para além do responsável pela gestão de recursos humanos, três a cinco dirigentes por aquele designados.

Decorrente do anteriormente referido e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 58.º da citada Lei, procede-se à elaboração do regulamento de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação da Agência Nacional ERASMUS+ Educação e Formação.

**Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação da Agência Nacional  
ERASMUS+ Educação e Formação**

**ARTIGO 1º**

(Objeto/ Âmbito)

1. O presente Regulamento tem como norma habilitante o poder regulamentador previsto no nº 6 do artigo 58º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação.
2. O presente Regulamento estabelece o regime e define a composição, competências e funcionamento do conselho coordenador da avaliação, adiante designada por CCA.
3. O presente Regulamento aplica-se aos trabalhadores da Agência Nacional ERASMUS+ Educação e Formação (AN), nos termos previstos na Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação.

**ARTIGO 2º**

(Composição do CCA)

1. Integram o CCA da AN:
  - a) A Diretora, dirigente máximo do serviço, que preside;
  - b) A Subdiretora;
  - c) A Coordenadora Financeira;

- d) A Coordenadora Erasmus+;
  - e) A Coordenadora para a área do alojamento no ensino superior.
2. Pode integrar o CCA um trabalhador com funções de secretariado a designar, anualmente, pelo dirigente máximo do serviço.
  3. Os membros do CCA serão designados pelo dirigente máximo do serviço.

### **ARTIGO 3º**

(Competências)

O CCA funciona junto do dirigente máximo, com as seguintes competências:

- a) Estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação: Orçamento, Plano de Atividades para o ano seguinte, Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação;
- b) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
- c) Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores do serviço ou, quando se justifique, por equipas ou por carreira;
- d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho Relevante e Desempenho Inadequado, bem como proceder ao reconhecimento do Desempenho Excelente;



- e) Emitir parecer, a pedido do dirigente máximo do serviço, sobre as competências a que se subordina a avaliação dos dirigentes e dos trabalhadores;
- f) Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes intermédios avaliados;
- g) Fixar os critérios para a ponderação curricular e a respetiva valoração;
- h) Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe forem cometidas.

#### **ARTIGO 4º**

(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente do CCA:

- a) Convocar e presidir as reuniões e fazer cumprir a ordem de trabalhos;
- b) Fixar os dias e horas das reuniões ordinárias e convocar as extraordinárias, estabelecendo a respetiva ordem do dia;
- c) Suspender ou encerrar as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem;
- d) Exercer as demais competências que, por lei, lhe forem cometidas;
- e) Nomear, anualmente, de entre os trabalhadores da AN, o secretário do CCA, que pode ser um dos seus elementos.

#### **ARTIGO 5º**

(Reuniões)

1. O CCA reúne sempre que convocada pelo Dirigente máximo do serviço.
2. As convocatórias para as reuniões do CCA são efetuadas via mail, com uma antecedência mínima de dois dias e devem indicar a ordem de trabalhos, a data, a hora e o local da reunião.

3. É dispensado o prazo referido no número anterior nas situações de manifesta urgência ou excecionais e devidamente fundamentadas.

### **ARTIGO 6º**

(Ordem de trabalhos)

1. Cada reunião tem uma ordem de trabalhos estabelecida pelo Presidente.
2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do CCA, desde que se incluam na respetiva competência, e o pedido seja apresentado por escrito nas 24h subsequentes à convocatória.
3. Em cada reunião existe um período antes da ordem do dia, que não pode exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos da competência do CCA, não incluídos na ordem do dia.

### **ARTIGO 7º**

(Deliberações)

1. As deliberações do CCA são tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes.
2. Não é admitida a abstenção dos membros do conselho.
3. A votação é nominal, cabendo um voto a cada membro presente
4. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade.

5. O CCA só pode deliberar, em primeira convocatória, na presença de mais de metade do número dos membros nomeados.
6. Na falta de quórum o Presidente designa outro dia para a reunião, que deliberará com o número de membros presentes.
7. O membro do CCA deverá ausentar-se da reunião, quando os trabalhos incidam sobre a avaliação do seu desempenho.

## **ARTIGO 8º**

(Atas das reuniões)

1. Das reuniões do CCA são elaboradas atas que contêm um resumo de tudo a que nelas tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.
2. As atas são elaboradas por secretário nomeado para o efeito, postas à aprovação de todos os membros, presentes, assinadas por todos eles e pelo secretário, ficando arquivadas junto do Presidente do CCA.
3. A declaração prevista no nº 2 do artigo 69.º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação, deve ser assinada pelo Presidente, em representação do CCA, e constar, como Anexo, da ata da reunião que tiver deliberado o reconhecimento de Desempenho Excelente.

## **ARTIGO 9º**

(Secretariado)

Ao secretário nomeado compete colaborar com o Presidente na prossecução dos objetivos cometidos ao CCA, designadamente:

- a) Secretariar as reuniões;
- b) Organizar o expediente e arquivo do Conselho;
- c) Apoiar o Presidente na preparação das ordens de trabalho;
- d) Elaborar as respetivas atas;
- e) Remeter, a todos os membros do CCA, o projeto de ata para aprovação no prazo de 48 horas.

## **ARTIGO 10º**

(Elaboração dos pareceres)

1. O Presidente pode designar um relator para elaboração de pareceres, relatórios ou recomendações, quando a situação o justifique.
2. O Presidente pode, igualmente, ouvido o CCA, convocar para as suas reuniões, peritos ou trabalhadores em matérias específicas incluídas na agenda de trabalhos, para prestação de esclarecimentos técnicos.

## **ARTIGO 11º**

(Pedido de elementos)

O CCA pode solicitar aos avaliadores e aos avaliados os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.

## **ARTIGO 12º**

(Impedimentos)

Sempre que um membro do CCA, enquanto avaliador, propuser nessa qualidade, a avaliação final, fica impedido de sobre ela se pronunciar, no caso de a mesma ser sujeita a parecer e votação no âmbito do CCA.

## **ARTIGO 13º**

(Omissões)

Aos casos omissos no presente Regulamento aplicam-se os diplomas legais que regulam o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo (CPA), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro, a Declaração de Retificação n.º 23/2014, de 9 de abril e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2021, de 23 de agosto.

## **ARTIGO 14º**

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

Lisboa, 10 de novembro de 2015